



"ESTATUTO DA A.E.P. ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES PARAISENSES"

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE, SEUS FINS E DURAÇÃO

Art.º 1º - Sob a denominação de "A.E.P. Associação dos Estudantes Paraisenses", está constituída esta associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede à Rua: Manoel de Oliveira Mafra, nº 932-A, bairro Vila Formosa, com foro nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, Cep. 37.950-000, que se regerá pelo presente Estatuto Social.

Art. 2º - São fins da A.E.P. Associação dos Estudantes Paraisenses.

- a) Proporcionar uma ampla integração, união e companheirismo recíprocos entre os estudantes de níveis fundamental e universitários;
- b) Promover, atividades recreativas, sociais, esportivas e culturais que estiverem ao seu alcance e interesse;
- c) Disponibilizar transporte para o deslocamento dos associados às escolas e universidades;

Art. 3º - Serão admitidos como associados os estudantes devidamente matriculados em escolas de nível fundamental e universitário em faculdades.

§1º - Considera-se estudante de nível fundamental os que frequentam as escolas estadual, municipal e/ou particular na sede da Associação.

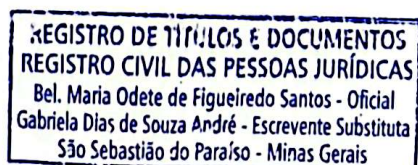
§2º - Considera-se estudante universitário os que frequentam curso técnico universitário de graduação, ou de pós-graduação, de especialização, de mestrado ou de doutorado.

§3º - A admissão do associado será feita mediante o preenchimento de formulários de inscrição acompanhado do comprovante de matrícula.

Art. 4º - As categorias de associados são:

- a) Os estudantes de nível secundário e universitário de São Sebastião do Paraíso que faz uso do transporte coletivo disponibilizado pela associação;
- b) Os estudantes de outro município, mas que faça uso do transporte coletivo disponibilizado pela associação;

§1º - Além dos associados poderá ainda utilizar o transporte coletivo contratado por esta associação ao não universitário que apresentar manifesto em se beneficiar do transporte, desde que aprovado pela Diretoria.



Handwritten signature of Nelson Donizete de Miranda
Nelson Donizete de Miranda
ABMG 171.640



Art. 5º - Qualquer associado poderá ter seu afastamento, sua demissão ou exclusão do quadro social por três razões:

- a) - Pedido de licença, quando se tratar de afastamento voluntário;
- b) - Pedido de demissão por opção, mediante solicitação por escrito à Diretoria;
- c) - Exclusão por expulsão, mediante aviso por escrito da Diretoria.

§1º - As licenças serão apresentadas à Diretoria Executiva, levando-se em consideração os motivos de cada caso.

§2º - O associado excluído só poderá ser readmitido depois de decorridos no mínimo dois anos da data de exclusão. Todo e qualquer decisão sobre a exclusão, caberá recurso à Assembleia Geral se assim o decidir, e lhe será garantido ampla defesa.

Art. 6º - O associado que se desligar da associação por um período equivalente a dois ou mais semestres estará automaticamente excluído do quadro de associados da associação; podendo reaver a condição de associado desde que atenda as condições do presente Estatuto Social.

Art. 7º - Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da Associação, nem pelos atos praticados por sua Diretoria.

Art. 8º - São conferidos aos associados em dia com suas obrigações, os direitos de:

- a) - Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir, propor e deliberar;
- b) - Participar de todas as atividades da Associação;
- c) - Gozar de todos os benefícios e auxílios que venham a ser proporcionados;
- d) - Propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- e) - Votar e ser votado nas eleições da Diretoria;
- f) - Apresentar propostas, programas e projetos de ação para esta associação.

Art. 8º - São deveres dos associados:

- a) - Zelar pelo nome e pelos bens desta associação;
- b) - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, assim como os contratos, regulamentos, resoluções, normas e regimentos expedidos pela Diretoria e/ou Assembleia Geral;
- c) - Pagar pontualmente as contribuições associativas estabelecidas pela diretoria para manutenção da associação, em relação a despesas com funcionários, materiais de escritório, aluguel e manutenção da sede social, despesas com contabilidade, etc.;
- d) - Desempenhar na melhor forma possível os cargos para os quais forem eleitos ou designados;
- e) - Colaborar com todas as atividades desenvolvidas pela associação;
- f) - Informar a Diretoria por escrito, quando houver alterações de dados particular.
- g) - Aos associados que não cumprirem qualquer disposição desse estatuto, regimento interno e demais resoluções decididas em Assembleia Geral ou pela Diretoria, estará sujeito às seguintes penalidades aplicadas pela Diretoria:
 - a) - Advertência por Escrito: Para associados sem antecedentes de má conduta disciplinar ou que tenham cometido infrações que no entendimento da Diretoria, sejam classificadas como leves;



- b) – Suspensão Temporária: Para associados que já tenham sido enquadrados na alínea "a" deste artigo e que sejam reincidentes ou que já tenham cometido infrações que no entendimento da Diretoria sejam classificadas como graves. A definição do tempo de suspensão ficará a cargo da Diretoria, não podendo ser superior a 30 dias;
- c) – Expulsão do Quadro de Associados: Qualquer associado que já tenha sido enquadrado nas alíneas a ou b deste artigo e que sejam reincidentes ou ainda que tenham cometido infrações que no entendimento da Diretoria sejam classificadas como gravíssimas;

§1º - A Assembleia Geral poderá anular as penalidades aplicadas pela Diretoria.

§2º - Considera-se falta gravíssima provocar ou causar prejuízo moral ou material para a Associação, sua Diretoria ou seus associados, inclusive falta de pagamento das contribuições.

§3º - Compete à Diretoria nos casos de expulsão, notificar ao associado sua decisão no prazo máximo de quinze dias da ocorrência do fato que gerar a expulsão.

§4º - Ao associado caberá ampla defesa e recurso à Assembleia Geral no prazo de trinta dias de sua notificação.

CAPÍTULO II

DA Organização e Administração

Art. 09º - A Associação será constituída e dirigida pelos seguintes órgãos:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal.

§1º - O exercício de quaisquer das funções nos órgãos referidos neste artigo não será remunerado a qualquer título, sendo vedada a distribuição do superávit, bonificações ou quaisquer outras vantagens ou benefícios.

§2º - É vedado o exercício cumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral.

§3º - É vedado aos associados de outros municípios concorrer a qualquer dos cargos da Diretoria Executiva.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Bel. Maria Odete de Figueiredo Santos - Oficial
Gabriela Dias de Souza André - Escrevente Substituta
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral.

Art. 10º - A Assembleia Geral é o órgão soberano da associação, e é constituída pelos estudantes devidamente inscrito.

§Único: As Assembleias serão Ordinárias e Extraordinárias.

Dr. Gleison Donizete de Miranda
OAB/MG 171.640



Art. 11º - Compete exclusivamente à Assembleia Geral:

- a) – Aprovar ao termino de cada gestão, as contas da Diretoria Executiva após o parecer do Conselho Fiscal.
- b) – Eleger, e dar posse a cada 2 (dois) anos, os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- c) – Destituir administradores;
- d) – Apreciar recurso de sócio excluído da associação por decisão de outro órgão;
- e) – Alterar o Estatuto Social;
- f) – Para a definição de assuntos diversos, inclusive venda de bens patrimoniais.
- g) – É de competência exclusiva da Assembleia Geral a decidir sobre a extinção da associação, ao ter convocação específica e definição de quórum.

Art. 12º - A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á sempre no último mês de cada o semestre, convocada pela Diretoria executiva, com antecedência mínima de quinze dias, para apresentar o trabalho desempenhado pela Diretoria Executiva durante o período.

Art. 13º - AS Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas com antecedência mínima de quinze dias:

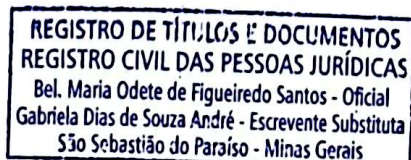
- a) – Pela Diretoria Executiva;
- b) – Pelo Conselho Fiscal;
- c) – Por 1/5 (um quinto) do número de associados ativos.

§ Único: Quem for o responsável pela convocação da Assembleia Geral Extraordinária deverá também apresentar os assuntos que deram margem à convocação e somente estes assuntos deverão ser discutidos.

Art. 14º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas através de edital, com aviso nos veículos de comunicação disponíveis na comunidade, e afixado na sede da associação onde deverão constar a data, o local e da hora, os motivos da convocação e quórum definido.

§ Único: As Assembleias Gerais não poderão deliberar sobre assuntos que não constem no edital de convocação.

Art. 15º - As Assembleias Gerais reunir-se-ão em primeira convocação em data, local e hora com a presença de todos os associados, em segunda convocação após uma hora com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados ativos, e em terceira última convocação após uma hora com qualquer número de associados presentes.



CAPÍTULO IV

Da Diretoria Executiva.

Art. 16º - A Diretoria Executiva é o órgão executivo e coordenador da associação, em suas relações internas externas, sendo que se compõe dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário.

Dr. Gleison Duarte da Miranda
OAB/MG 171.640



Art. 17º - São Atribuições da Diretoria em geral:

- a) – Dirigir as atividades da associação, gerir seus interesses financeiros de acordo com os objetivos do presente estatuto.
- b) – Apresentar o relatório geral das contas anualmente;
- c) – Reunir-se em sessão ordinária sempre que necessário, sendo, no mínimo uma vez por semestre;
- d) – Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses da associação;
- e) – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as determinações das Assembleias Gerais;
- f) – Nomear representantes afim de auxiliar as atividades da Diretoria na associação;
- g) – Elaborar e aprovar contratos, regulamentações, resoluções, regimentos ou normas que se fizerem necessárias;
- h) – Organizar atividades de cunho social e cultural.
- i) – A Diretoria administra e representam, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, os interesses da Associação

§1º - A convocação das reuniões da Diretoria Executiva será de competência do presidente, mediante aviso individual, como protocolo, a cada membro.

§2º - A Diretoria Executiva não poderá deliberar sem a presença mínima da metade de seus membros.

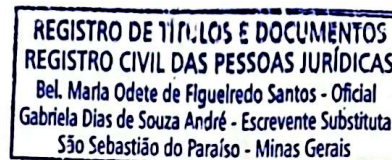
§3º - As decisões da Diretoria Executiva só terão validade quando tomadas pela maioria dos presentes.

Art. 18º - São Atribuições do Presidente:

- a) – Representar sob os aspectos da associação, bem como seus interesses, inclusive judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente em juízo e fora dele;
- b) – Convocar e presidir todas as reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais;
- c) – Supervisionar todas as atividades da associação;
- d) – Abrir contas e movimentar fundos, assinando cheques e outros documentos, facultativamente, junto ao tesoureiro, a fim de quitar obrigações da associação;
- e) – Abrir, rubricar e encerrar os livros da associação;
- f) – Autorizar as despesas necessárias à manutenção da associação;
- g) – Assinar, com o secretário toda a correspondência da associação;
- h) – Criar departamentos e comissões necessárias ao desenvolvimento das atividades;
- i) – Usar o voto de desempate quando necessário;
- j) – Receber e fazer doações;
- k) – Nomear procuradores e representantes em nome da associação.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) – Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) – Auxiliar o presidente em seus trabalhos;
- c) – Auxiliar a Diretoria em atribuições e se lhe foram designadas.



Art. 20º - Compete ao Secretário:

- a) – Ter sob sua guarda e responsabilidade os livros da associação;
- b) – Secretariar e redigir as atas de reuniões da Diretoria e Assembleia Geral;

Dr. Gleison Domingos de Miranda
OABMG 171.640



- c) – Auxiliar a Diretoria em atribuições que lhe foram designadas.

Art. 21º - Compete ao Tesoureiro:

- a) – Ter sob sua guarda e responsabilidade o patrimônio da associação;
- b) – Arrecadar contas, mensalidades e contribuições, assinando os respectivos recibos;
- c) – Efetuar os pagamentos devidos pela associação;
- d) – Assinar juntamente com o presidente, todos os cheques e demais documentos relativos ao movimento de valores;
- e) – Manter depositados em estabelecimentos oficiais de crédito, os valores da associação;
- f) – Elaborar relação mensal dos associados em atraso;
- g) – Auxiliar a Diretoria em atribuições que lhe foram designadas.

Capítulo V

Do Conselho Fiscal.

Art. 22º - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e orientação da associação. É composto, por três membros efetivos, e três membros suplentes, indicados e eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 23º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) – Examinar balanços, balancetes e relatórios de atividades da Diretoria, emitindo parecer a respeito;
- b) – Fiscalizar os atos administrativos da Diretoria;
- c) – Examinar livros e documentos que digam a respeito à administração da associação, bem como verificar a sua situação financeira, econômica e patrimonial;
- d) Observar e fiscalizar se todos os usuários do meio de transporte contratado pela associação são associados ou estão autorizados a usufruírem dos benefícios oferecidos por esta, denunciando irregularidades;
- e) – Reunir-se em sessão ordinária sempre que necessário, sendo, no mínimo uma vez por semestre;
- f) – Auxiliar a Diretoria em atribuições que foram designadas.

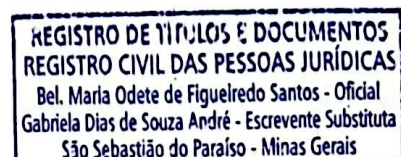
§1º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas pela Diretoria Executiva ou por qualquer membro do conselho, mediante aviso individual, com protocolo, a todos os membros.

§2º - O Conselho Fiscal não poderá deliberar sem a presença total de seus membros efetivos.

§3º - As decisões do Conselho Fiscal só terão validade quando aprovados pela maioria dos presentes.

Capítulo VI

Das Eleições da Diretoria.



Art. 24º - As eleições para a Diretoria realizar-se-ão na primeira quinzena do mês de dezembro, com mandato de dois anos, sendo a posse transmitida pela assembleia geral até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro, após a eleição.

Dr. Gelson Donizete de Brito
OAB/MG 171.640

Art. 25º - As eleições realizar-se-ão em Assembleia Geral.

Art. 26º - As eleições poderão ser secretas em cédula única onde constam os nomes dos integrantes das chapas candidatas; ou em voto aberto de acordo com a vontade da maioria dos participantes da Assembleia Geral.

Art. 27º - É vedada a participação do associado forâneo como candidato a qualquer cargo da Diretoria Executiva.

Art. 28º - Não será permitido participar da chapa de candidatura o associado que esteja em situação irregular com a associação, ou que já tenha tomado alguma penalidade de suspensão, nos últimos dois anos, ou de expulsão.

Art. 29º - Todos os associados pretendentes a candidatura de nova chapa de diretoria e conselho fiscal deverão se fazer presentes na assembleia geral, sob pena de não poderem ser empossados.

Art. 30º - Para candidatar-se a Diretoria, deverá o candidato já estar associado um determinado tempo de acordo com o cargo ao qual deseja concorrer, conforme segue:

- a) - Presidente e Vice-Presidente: tempo mínimo de cinco semestres como universitário ativo;
- b) - Secretário e Tesoureiro: tempo mínimo de quatro semestres como universitário ativo;
- c) - Conselho Fiscal: tempo mínimo de dois semestres como universitário ativo.

§Único - Considera-se como universitário ativo o associado que usufrui do transporte contratado pela associação para deslocamento à universidade.

Art. 31º - O juiz eleitoral será escolhido em breve reunião, que deverá ser realizada entre a Diretoria em exercício e os integrantes das chapas candidatas, antes do início das eleições.

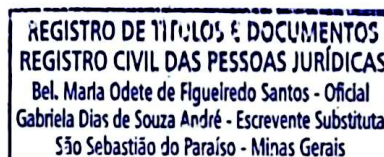
Art. 32º - O prazo de entrega das chapas que concorrerão às eleições deverá ser até cinco dias antes da data marcada para as eleições.

Art. 33º - Será declarada vencedora a chapa que conseguir a maioria dos votos.

§Único - Em caso de empate é eleita vencedora a chapa que possuir o candidato a presidente há mais tempo no quadro de associados. Persistindo ainda o empate é declarada vencedora a chapa que possuir o candidato a presidente mais idoso.

Capítulo VII

Do Patrimônio.



Art. 34º - O patrimônio e as fontes de recursos da Associação são constituídos de:

- a) - Doações, auxílios e subvenções diversas;
- b) - Contribuições dos associados;
- c) - Superávits provenientes de promoções organizadas pela associação ou em conjunto com outras entidades;

Dr. Gleison Donizete de Miranda
OAB/MG 171.840





- d) – Bens imóveis e móveis em posse e os que venham a ser adquiridos;
- e) – Receitas decorrentes da capitalização dos ativos.

Capítulo VIII

Do Regime Financeiro.

Art. 35º - O exercício financeiro da Associação, encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36º - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Diretoria Executiva e Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

Art. 37º - Poderá ser contratado profissional qualificado para manter a regularização financeira e contábil da Associação.

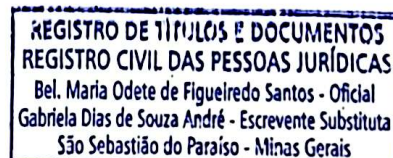
Capítulo IX

Da Reforma do Estatuto e da Destituição dos Administradores.

Art. 38º - É de competência da Assembleia Geral reformar total ou parcial o Estatuto Social, inclusive quanto à destituição da administração, desde que convocada com a maioria absoluta dos associados, ou em segunda convocação com metade mais um, ou em última convocação com 2/3 dos associados.

Capítulo X

Da Dissolução da Associação.



Art. 39º - A associação dissolver-se-á mediante deliberação da Assembleia Geral, em primeira convocação na data, local e hora com a presença de todos os associados, em segunda convocação após uma hora com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associados ativos, e em terceira última convocação após uma hora com qualquer número de associados presentes.

- a) – Se deixar de desempenhar efetivamente os fins a que se destina;
- b) – Se ficar sem efetiva administração por abandono ou omissão dos seus órgãos diretores.

§ Único – No caso de dissolução da associação, esta deverá estar devidamente regularizada nos órgãos competentes e seus bens serão doados às entidades beneficentes de São Sebastião do Paraíso, a serem escolhidas pela Assembleia Geral.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 40º - Todos os cargos criados por este Estatuto serão exercidos sem remuneração.

Dr. Gleison Domingos de Miranda
OAB/MG 171.641



Art. 41º - A resolução dos casos omissos pelo presente Estatuto será de competência da Diretoria.

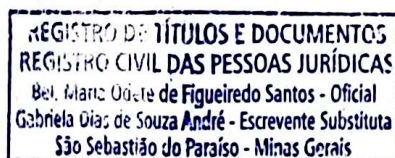
Art. 42º - É expressamente proibido o uso da denominação social da associação em atos ou negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 43º - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação.

São Sebastião do Paraíso/MG, 25 de Outubro de 2021.


Ryan Daniel Amorim Chaves


Dr. Gleison Dantas de Miranda
OAB/MG 171.640



PROTÓCOLO Nº 29528 - Registro nº 1488
Livro A22 - Folha 105/113 - Data 18/02/2022
Cotação: Emol R\$ 282,23 - TFJ R\$ 96,99 - Recomeço R\$ 16,99 - Desp.: R\$ 0,00 - Valor Final R\$ 396,21 - ISS: R\$ 8,50 - Códigos 6412-1(1), 6601-9(1), 8101-8(16)
Gabriela Dias de Souza André
Gabriela Dias de Souza André - Substituta
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de
São Sebastião do Paraíso - MG
SELO DE CONSULTA: FLQ67332
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3242242471322838
Quantidade de atos praticados: 18
Ato(s) praticado(s) por: Gabriela Dias de Souza André - Substituta
Emol.: R\$ 299,22 - TFJ: R\$ 96,99
Valor Final: R\$ 396,21 - ISS: R\$ 8,50
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Bel. Maria Odete de Figueiredo Santos - Oficial
Gabriela Dias de Souza André - Escrevente Substituta
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

